



# Entre sinhás, mucamas, iaiázinhas e amas de leite: mulheres negras e brancas na sociedade brasileira do século XIX e início do XX

Íris Nery do Carmo<sup>1</sup>

Palavras-chave: Gênero, raça, Brasil.

**Resumo:** O objetivo do artigo consiste em pensar, relacionalmente, e em caráter provisório, as posições sociais de mulheres brancas da elite brasileira e de mulheres negras – africanas, mestiças, crioulas –, isto é, focar as relações sociais que os dois grupos mantinham entre si principalmente dentro do período que compreende a passagem entre os séculos XIX e XX. A análise relacional permite concluir que as expectativas sociais acerca das mulheres não são unívocas, mas, antes, dependem do entrelaçamento do gênero com a categoria raça e, conseqüentemente, com classe social. Percebe-se que havia mais de uma feminilidade sendo vivida naquela sociedade, embora algumas fossem mais valorizadas pelo status quo branco patriarcal.

---

1. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, no momento de envio do artigo, em agosto de 2009. E-mail: [irisnery@hotmail.com](mailto:irisnery@hotmail.com)

## 1. Introdução

Para Avtar Brah (2006), há uma tendência na Grã-Bretanha de considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras”. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”. Talvez o mesmo nós possamos dizer quanto ao Brasil, e este artigo consiste numa tentativa de subverter este vácuo.

O objetivo aqui consiste em pensar, relacionalmente, e em caráter provisório, as posições sociais de mulheres brancas da elite brasileira e de mulheres negras – africanas, mestiças, crioulas –, isto é, enfocar as relações sociais que os dois grupos mantinham entre si, principalmente dentro do período que compreende a passagem entre os séculos XIX e XX. Percebe-se que, na literatura brasileira, análises deste tipo estão poucos presentes, dando-se ênfase em geral à “condição da mulher negra” ou à “condição da mulher” (referindo-se de forma implícita às mulheres brancas).

A análise relacional não significa, no entanto, que esses dois grupos sociais possam ser resumidos a uma só vivência e posição social. As relações que mantinham entre si serão aqui analisadas tentando-se manter as diferenças referentes a cada grupo, com suas distintas heranças culturais e históricas, embora sejam todas “mulheres” e estejam sob o jugo da dominação masculina.

Falar da mulher negra nos leva a pensar numa ruptura epistemológica importante para alcançar o objetivo aqui: as categorias identitárias de gênero não são unívocas, ou seja, não devem ser definidas em termos de homogeneidade. Fazendo coro à crítica pós-positivista, as dicotomias homem x mulher, opressor x oprimido, razão x emoção etc. devem ser repensadas, de modo a ficar claro que o espaço entre os dois polos não é vazio, mas, antes, é composto por uma escala de diferenças. Assim, no uso da categoria “mulher” não devemos repetir o erro positivista e considerá-la sujeito universal – como outrora foi





operado com o homem branco ocidental – capaz de explicar toda a realidade. O gênero deve ser transversalizado, isto é, interseccionado com “raça”, classe, etnia, processo este que possibilita dar conta das realidades das *mulheres*.

No entanto, a percepção das diferenças entre as mulheres não leva necessariamente ao fim da dominação masculina: [...] focar apenas as diferenças também não é suficiente, se partimos de uma ótica que afirma a existência de relações sistêmicas de desigualdade social, nas quais diferenças de condição não querem dizer *ausência de relação* [...] (GIFFIN, 2006, p. 649).

Fica, então, estabelecido o quadro teórico a ser utilizado.

## 2. Mulheres negras e brancas na construção de um país moderno

### 2.1 As origens (no Brasil)

A partir de 1530, o objetivo de Portugal será o povoamento do território brasileiro, processo que, a princípio, foi majoritariamente masculino; a presença de mulheres brancas era ínfima, e os homens luso-brasileiros amancebavam-se<sup>2</sup> com mulheres indígenas, dando origem à mestiçagem mameluca (LIRA, 2007).

No mesmo século, com a posterior chegada da população africana cativa, as mulheres negras – que juntamente com as crianças eram, em geral, as mercadorias cativas mais baratas e em menor número do que os homens (CARVALHO, 2003) –, também vão sofrer violência sexual por parte dos senhores, fato que leva Bensusan (2005, p. 2) a concluir que “A história da colonização das mulheres negras é uma história de

---

2. Tal como o uso da palavra “amigar-se”, o termo se refere ao ato de viver como casados, sem o ser

estupros. É uma história de sexo forçado, heterossexual, heterorracial, heterocultural que deixa a miscigenação como legado [...]” Para Angela Davis, o estupro contra a escrava não deve ser entendido apenas como a satisfação do “proprietário”, mas também como um “método de controle pelo terror”, onde há a tentativa de desumanizá-la, levá-la à condição animal, de modo que seja quebrada a sua resistência e da comunidade (BARRETO, 2005).

A representação hegemônica que se construía das africanas – e em especial das mulatas<sup>3</sup> – era a de *objetos* de usos sexuais<sup>4</sup>, recaindo sobre si mesma a culpa pela agressão sofrida, uma vez que era responsabilizada por seduzir o senhor<sup>5</sup>. A colonização pode ser entendida, nesse sentido, como mecanismo de reprodução das relações patriarcais ocidentais de base judaico-cristã em solo brasileiro (FARIAS, 2007). No entanto, a África não deve ser encarada de forma mítica, pois, “[com a diáspora] As mulheres negras executavam os trabalhos domésticos dentro da casa grande, um papel assegurado pela sociedade branca da América, mas também pelas tradições patriarcais da África.” (BARRETO, 2005, p. 84).

---

3. “Mulato/a”: categoria pejorativa e de cunho racista utilizada para designar aqueles/as descendentes de europeus e africanos. Segundo Corrêa (1996, p. 44), “Durante algum tempo discutia-se na literatura médica se os mulatos, como o seu nome indica, eram ou não estéreis – como as mulas, produtos do cruzamento entre éguas e jumentos”. Com relação às “mulatas”, a autora coloca que, em contraste com os mulatos que, ao obterem um lugar na sociedade, foram “branqueados”, nada semelhante houve com relação às mulatas; Para Corrêa (p. 48), “a mulata é uma figura engendrada, culturalmente construída num longo processo histórico que a opõe seja às figuras femininas que são moeda corrente em nossas pesquisas, seja às figuras masculinas que se opõem a elas (opondo-se, ao mesmo tempo, ao Branco e ao Negro).”

4. Ver Mariza Corrêa (1996), Tiago Gomes (1996), Richard Miskolci e Sheila Carvalho (2006).

5. No século XXI, esta ainda é uma prática comum no país. Na edição #170 da Revista *Trip* correspondente a setembro de 2008, o colunista Henrique Goldman publicou o artigo “Carta aberta para Luisa”, onde relata em primeira pessoa o estupro que teria protagonizado contra a empregada doméstica da sua casa, Luisa. O tema é aí tratado como entretenimento para os leitores da revista, em sua maioria homens. Ao final, o autor diz “Espero que para você a memória daquela tarde não seja tão ruim e que você hoje possa *rir* do que aconteceu” (grifo meu). O episódio provocou a reação de feministas, o que levou à edição da revista, bem como ao autor, publicarem resposta aos leitores, alegando que se tratava de pura ficção.





E se as mulheres brancas – pelo menos até segunda ordem – não eram vítimas desses abusos, era porque deveriam ser detentoras da moral familiar, leia-se, deveriam manter a castidade até o casamento. Este, por sua vez, era realizado com um “bom partido”, de modo a reproduzir a riqueza num mesmo grupo social, e fortalecer as oligarquias que dominavam o sistema político do país; percebe-se aí que no corpo da mulher branca estava em questão todo o sistema social da época e é em razão disso que ela sofrerá vigilância constante e recolhimento no lar.

Embora na grande maioria das vezes o marido fosse o responsável por administrar a propriedade familiar, não devemos ignorar em que medida as mulheres foram proprietárias de escravos, terras e outras formas de propriedades. No Brasil colônia, apesar de não possuírem poder político, havia viúvas detentoras de poder econômico na forma de terra e escravos (SILVA, 2002).

Filhos provindos de relações adúlteras ou realizadas antes do casamento eram abandonados pelas mães; ato solitário, que acontecia à noite, quando os recém-nascidos eram deixados na porta de casas ou na roda dos expostos, bastante difundida em Portugal e que consistia num cilindro onde se colocava o bebê, e que unia a rua às Santas Casas de Misericórdia. Nessas instituições, durante os séculos XVIII e XIX, foram acolhidos 50 mil enjeitados. A criança enjeitada seria, então, transferida para uma mãe de criação, que muitas vezes via o ato como dotado de religiosidade e como um pagamento de promessas (VENÂNCIO, 1997).

Entretanto, nem só mulheres brancas eram levadas a enjeitar seus filhos. Mulheres negras e pobres, que não tinham condição de criá-los, também apelavam para as Casas de Misericórdia. Esse ato não se devia, portanto, à condenação de amores proibidos, mas, antes, por motivos de sobrevivência. Havia ainda outro motivo envolvendo mulheres negras: escravas abandonavam seus filhos nessas instituições numa tentativa desesperada de que estes não se tornassem também cativos; o nível de bastardia entre escravos variava entre 50% e 100% (VENÂNCIO, 1997). A negação da maternidade possuía, portanto, sentido distinto para essas mulheres.

## 2.2 As relações

No interior da Casa Grande, *lócus* onde se davam prioritariamente os relacionamentos (por vezes antagônicos, por vezes cúmplices) entre essas distintas mulheres, escravas podiam ser mucamas, isto é, aquelas que realizavam o serviço doméstico referente à casa, local socialmente destinado à Sinhá. Após 1889, o serviço doméstico continuará a ser exercido, em sua maioria, ainda por mulheres negras e pobres, porém com outra relação patronal – embora os vestígios da escravidão não fossem eliminados tão rapidamente.

O nascimento de mestiços denunciava os intercursos sexuais dos senhores e seus filhos com escravas; era a prova material da dupla moral e hipocrisia masculina. O fato poderia causar a ira e ciúmes das sinhás, que, por sua vez, voltavam-se contra a escrava, atingindo o ápice de agitação ao agredi-la fisicamente, com as próprias mãos ou a mando de outrem – é o que se nota ter acontecido na região de Goiás em meados do século XIX (GODINHO, 2006). Segundo Carvalho, ao longo deste século, frente a esta constante tensão familiar, o homem casado passará a recorrer, em troca, às prostitutas, pois dessa forma fazia com que o ato fosse mais indiferente às esposas e não teria que lidar com as gravidezes (CARVALHO, 2003).

Em visita do Santo Ofício ao país entre 1591 e 1595, vinte e nove mulheres foram registradas como praticantes da “sodomia” (VAINFAS, 1997). É interessante notar que, em meados do século XVII, a sodomia entre mulheres seria retirada da lista dos “pecados nefandos”, contrastando com a intensa perseguição aos sodomitas masculinos. Não se tratava, no entanto, de um ato de caridade ou pena para com as mulheres, mas, antes, de *desprezo* e ignorância pelo corpo e sexualidade feminina. A maioria dos inquisidores era da opinião falocêntrica “[...] de que somente se uma introduzisse o “sêmen” no “vaso posterior” de outra é que ficaria plenamente configurado o ato de sodomia entre fêmeas” (p. 122).





No que diz respeito a essas mulheres, cabe ressaltar aqui as informações obtidas nas entrevistas realizadas pelo inquisidor. Mulheres da elite confessaram terem se deitado ocasionalmente com outras mulheres – incluindo negras – antes de se casarem, de modo a extravasarem sua sexualidade sem comprometer a virgindade. Outras, mesmo casadas, confessaram manter relacionamentos homoafetivos estáveis. Os casais eram formados por sinhás com escravas, mulheres livres ou libertas com outras livres ou libertas etc. Ronaldo Vainfas nos revela, assim, a complexidade e diversidade das relações sociais entre os dois grupos em questão, bem como a resistência feminina à norma heterossexual.

Ainda entre as escravas domésticas, havia a ama de leite, responsável por amamentar e cuidar de tudo o mais relativo aos filhos das sinhás: “A ama de leite era um objeto. Um objeto querido, mas ainda assim um objeto. Da perspectiva da negra, amamentar o rebanho da sinhá era tirar momentos preciosos de convivência com o próprio filho.” (CARVALHO, 2003, p. 64). A convivência diária fazia com que amas terminassem influenciando significativamente na vida senhorial e não poucas escravas foram capazes de utilizar este poder para alcançar a alforria.

Na Salvador do século XIX, acredita-se que, no serviço doméstico, estavam mais presentes as crioulas; as africanas, por sua vez, eram majoritárias no “ganho”. “Ganhadeiras” eram aquelas mulheres que participavam do comércio urbano – chegando inclusive a dominá-lo –, com a venda de, geralmente, artigos alimentícios como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Poderiam ser escravas colocadas no ganho pelo “proprietário”, ou mulheres negras livres e libertas que comerciavam para garantirem o seu sustento e dos filhos<sup>6</sup>; no primeiro caso, elas eram obrigadas a dar aos senhores uma quantia previamente estabelecida, e o que excedesse poderia ser apropriado (SOARES, 1996).

---

6. As ganhadeiras eram, muitas vezes, portanto, chefes de família – fenômeno bastante estudado hoje, mas que não é, como se vê, recente. Ver mais sobre chefes de família no Brasil no século XIX em Costa (2000).

“Apesar disso, o tipo de relação certamente interessava às escravas, se não do ponto de vista econômico, porque viver longe do senhor tornava-as mais livres de seu controle.” (p. 58). O ganho tinha como clientela outros escravos que compravam para si ou para o senhor, além de pessoas livres de baixa renda, constituindo uma rede que não era apenas econômica e social, mas também *política*, que preocupava as autoridades soteropolitanas. Em 1835, ganhadeiras foram acusadas de fornecer comida aos rebeldes malês e de participar da conspiração; o ambiente e a mobilidade no espaço público tornavam o ganho um meio de transgressão para essas mulheres.

Para as mulheres da elite, a reclusão total nos recolhimentos (como nos conventos) chegava a ser uma prática comum, e poderia acontecer por vontade do pai, quando não havia, no lugar que habitava, pretendente de igual ou superior fortuna, por vontade do marido ao acusá-la de adultério, ou até mesmo por vontade própria (LIRA, 2007).

Maria Cunha (1998) nos conta sobre os carnavais dos oitocentos, promovidos por segmentos masculinos das elites locais tais como literatos, jornalistas, estudantes universitários e comerciantes. Uma das suas características mais marcantes consistia na apresentação das prostitutas. As “mulheres de família” permaneciam no interior das casas, nas sacadas e balcões de onde podiam assistir ao espetáculo; as filhas, mães e esposas empenhavam-se “[...] em requebrar-se lascivamente ao som das *scottisch*, *habaneras* ou polcas carnavalescas, e deliciavam-se atirando beijos e flores para as meretrizes seminuas encarapitadas do alto dos carros, *representando deusas da liberdade* [...]” (p. 24, grifo meu).

### 2.3 As fronteiras

Entre a segunda metade do século XIX e a virada para o XX, o Brasil passa por mudanças e transformações que irão repercutir sobre as relações travadas até aí entre mulheres brancas, da elite, e mulheres pobres, negras e mulatas.







Cada vez mais brasileiros procuravam um crescimento material baseado na evolução tecnológica, acreditando numa combinação de ciência, indústria e progresso. Muitos homens da elite viajavam ao exterior, experimentando pessoalmente as inovações na Europa. Cada vez mais conscientes do progresso material alcançado pelos Estados Unidos e a Europa do Norte, os brasileiros construíam estradas de ferro, rodovias e redes telegráficas e instalavam bancos, empresas manufatureiras e companhias de seguros. Um número cada vez maior de imigrantes europeus estabelecia-se no sul do Brasil [...]. Baseando-se na monocultura e na exportação do café para financiar a maior parte do progresso desejado, os líderes da nação vinculavam a modernização a práticas neocoloniais que não beneficiavam a maioria dos brasileiros [...]. Extremamente simpáticos às últimas ideias, invenções e tendências europeias, as elites governantes [...] pretendiam modernizar o país, até mesmo transformar suas cidades em cópias dos admirados centros europeus. (HAHNER, 2003, p. 121-122)

Nesse sentido, para as elites, civilizar-se significava europeizar-se, processo que daria origem ao higienismo e à ênfase na educação para o “progresso”.

Essas ideias invadiram o âmbito privado, propondo a racionalização do lar e da família. A influência das negras na educação dos filhos da sinhá foi alvo de críticas. Em 1830 já se pode notar vestígios dessa posição, como mostra um jornal pernambucano, no qual foi publicado que: “A nossa primeira mestra é ordinariamente uma preta muito bruta, que nos dá de mamar, nos pensa e nos trata.” (CARVALHO, 2003, p. 59).

Caberia às esposas renunciar a preguiça das avós e comandar as tarefas domésticas; deveriam cuidar dos filhos, ao invés de entregá-los às amas de leite, a quem estes acabavam se afeiçoando. Além disso, denunciava-se que “A convivência com escravas distorcia o falar feminino, que terminava virando um ‘esgrimaço de português e africano’.” (p. 60). Era preciso livrar-se de todos os vestígios “negros”.

Entretanto, havia ainda um “problema” maior que ameaçava a família nuclear burguesa: “Para a maioria dos homens das elites locais, a convivência com as domésticas, que eles mesmos assediavam, poderia ameaçar o controle sexual que tinham sobre suas esposas e filhas.” (p. 60). Pois, “as mulheres da camada senhorial, até as últimas déca-

das do século XIX, eram criadas pelas escravas desde o aleitamento e conviviam com elas em sua juventude e na idade adulta em situações de estreita intimidade, embora certamente não de igualdade ou solidariedade”. (CUNHA, 1998, p. 11).

Assim também a psiquiatria da virada do século estava comprometida em assegurar que as mulheres da elite tivessem seu comportamento voltado para a “nobreza” do lar e da maternidade; caso contrário, ao apresentarem comportamentos e práticas sociais e sexuais que subvertessem os valores da sua classe social e as aproximassem das mulheres pobres e negras, poderiam ser internadas em hospícios, como o Juquery, em São Paulo, onde eram maioria entre as demais mulheres, a mando dos seus tutores – os pais. (CUNHA, 1998).

A título de ilustração, temos o caso da professora de 30 anos, chamada Eunice, filha de uma família bem estruturada e que foi internada em 1910 no Juquery. As anotações do alienista em seu prontuário revelam os motivos que a levaram até lá: dona de uma precoce vivacidade intelectual, passou a *viver só e por sua própria conta* após a formatura; aos 30 anos, Eunice permanecia ainda solteira; era alegado também que ela “trabalhava demais”, escrevendo livros escolares, fundando escolas noturnas etc. Neste hospício as mulheres chegaram a ser maioria entre os internos. Em contrapartida, os motivos que levavam mulheres pobres, negras e imigrantes (que eram minoria se comparadas às mulheres brancas e de alta classe) não estavam relacionados ao seu comportamento sexual, trabalho ou valores familiares; para os alienistas, elas eram simplesmente “degeneradas”, “animalescas” e “idiotas”. (CUNHA, 1998)

Tal movimento de cientificação, racionalização e higienização da sociedade brasileira neste fim do século XIX, estava, portanto, relacionado à (re)afirmação das fronteiras entre as mulheres de classes sociais distintas, para que as “mulheres honestas” não fossem corrompidas pela “lascívia” das negras, colocando assim a formação da Nação “civilizada” em risco.





No início do século XX, o “temor da mistura social” ainda persistia: os estilos de vida adotados da pela juventude urbana de classes média e alta nos anos 20 serão alvo de rechaça por parte opinião pública, pois esses jovens estariam se aproximando das camadas menos respeitáveis da sociedade (GOMES, 2004). No que diz respeito às mulheres, criticava-se, sobretudo, as danças e vestuários da moda das “melindrosas”, que, ao conotarem sexualidade exacerbada e disponibilidade sexual, estariam tornando as “moças de família” semelhantes às “selvagens” mulheres negras.

### 3. Conclusões

Um censo populacional elaborado em 1819, na região de Franca, em São Paulo, resume as representações sociais hegemônicas sobre as mulheres das quais viemos falando. O governador da capitania de São Paulo, preocupado com a má fama dos habitantes da freguesia e com a segurança da província, solicita ao vigário Joaquim Martins Rodrigues informações sobre a população. A “Lista do Vigário” constituiu um *sensu generis*: além de citar nominalmente os moradores, o autor registrou, enquanto homem e padre, suas considerações sobre as condutas de grande parte destes. No tocante às mulheres, a classificação sobre a conduta varia entre “honestas” e “meretrizes”. Não é preciso muito tempo para imaginarmos quais seriam as classes e “raças” referentes às duas categorias (CALEIRO, 2006).

A análise relacional nos permite concluir que as expectativas sociais acerca das mulheres não são unívocas, mas, antes, dependem do entrelaçamento do gênero com “raça” e, conseqüentemente, com classe social. No caso estudado, percebemos que havia mais de uma feminilidade sendo vivida naquela sociedade, embora algumas fossem mais valorizadas pelo *status quo* branco patriarcal – o que leva Mariza Corrêa (1996) a pensar num *continuum* entre *feminino* (referente à mulher branca) e *masculino*, onde o espaço entre os polos é preenchido por *masculinida-*

des e feminilidades (referente às mulheres negras e mulatas).

Assim, os esquemas explicativos da opressão de gênero devem estar atentos para as diversas condições femininas, para que se evite cair em simplificações grosseiras em torno de sujeitos universais como “a mulher”, no singular. Conclui-se que o argumento do mito da fragilidade feminina como estruturante da dominação masculina em nossa sociedade não se sustenta quando se leva em consideração a mulher negra, que ao longo da história foi escravizada e obrigada a realizar pesados serviços.

Também a ideia comum de que, durante muito tempo, o espaço público estava reservado aos homens, enquanto às mulheres restava o lar, constitui uma grande generalização equivocada. Como vimos, as mulheres pobres desde muito tempo, no Brasil, enfrentavam o espaço público e provavelmente já vivenciavam as dores de uma dupla jornada – hoje generalizada para grande parte das mulheres no Ocidente.

A partir da reconstrução histórica dialógica, podemos inferir não só sobre a heterogeneidade das condições femininas, mas também sobre o elemento patriarcal constituinte de ambas as feminilidades. Tanto a “puta” quanto a “santa” são identidades de gênero cujo parâmetro é masculino<sup>7</sup>: por exemplo, se aceitamos que às “mulheres de família” era destituído o direito de liberdade sexual, visto que cabia a elas utilizarem seus corpos apenas para a reprodução legítima dentro do casamento, o oposto não era exatamente o que acontecia com as “mulheres públicas”, pois a liberdade sexual que possuíam não passava da “liberdade” de ser objeto sexual masculino.

É nesse sentido que, repetindo o que já foi dito na introdução: “[...] enfocar apenas as diferenças também não é suficiente, se partimos de uma ótica que afirma a existência de relações sistêmicas de desi-

---

7. Embora o recorte do objetivo deste artigo não contemple este aspecto, seria interessante pensar a contribuição do homem negro no quadro relacional e comparativo a cerca das feminilidades no Brasil do período considerado.





gualdade social, nas quais diferenças de condição não querem dizer *ausência de relação* [...]” (GIFFIN, 2006, p. 649).

Por fim, falar em mulheres implica falar em feminismo. Foi visto que as estratégias de resistência variavam conforme as posições de cada mulher. Posições estas que possibilitavam a abertura de diferentes brechas no sistema, de modo que as vivências femininas não estavam conformadas apenas nos dois binômios, mas entre os dois ideais havia mulheres transgressoras. Neste sentido, o *slogan* feminista contemporâneo “nem santas, nem putas” expressa a persistência desses ideais e a consequente negação da falsa liberdade de se ser ou Maria ou Madalena.

## Referências

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2 março 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Orientador: Prof. Marco Antonio Villela Pamplona.

BENSUSAN, Hilan. *Heterossexuais, heteroraciais, heteroculturais: as colonizações das mulheres negras*. Brasília, UNB, 2005. Disponível em: <[http://brasil.academia.edu/HilanBensusan/Papers/347650/Heterossexuais\\_Heteroraciais\\_Heteroculturais\\_As\\_Colonizacoes\\_Das\\_Mulheres\\_Negras](http://brasil.academia.edu/HilanBensusan/Papers/347650/Heterossexuais_Heteroraciais_Heteroculturais_As_Colonizacoes_Das_Mulheres_Negras)>.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.26, p.329-376, jan/jun. 2006.

CALEIRO, Regina Célia Lima; JESUS, Alysson Luis Freitas de. Mulheres honestas e perniciosas, homens refohados e homicidas

hírozos na “lista do vigário”: um censo *sui generis* no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 539-563. jul./dez 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 29/30, p. 41- 78. 2003.

CORRÊA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 6/7, p.35-50. 1996.

COSTA, Dora Isabel Paiva. As Mulheres Chefes de Domicílios e a Formação de Famílias Monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 17, n. 1/2, p. 47-66, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 181-215. 1998.

FARIAS, Erika Karine Gualberto de. Mulher da clausura ao convívio: colônia e metrópole. In: Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1., 2007, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFRPE, 2007. Disponível em: <<http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/2/Erika%20Karine%20Gualberto%20de%20Farias.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2009.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo ‘problemático’: contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n.3, p. 635-653, set./dez. 2006.

GODINHO, Tereza Martins. Traços da violência praticada por mulheres brancas contra mulheres negras no período escravocrata, em fazendas no estado de Goiás. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis, UESC, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/>>.





Acesso em: 01 abril 2009.

GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 23, p. 121-147, jul./dez. 2004.

HAHNER, June E. Em busca de educação, emprego e voto. *In: \_\_\_\_\_*. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Editora Mulheres, Florianópolis, 2003. cap. 2, p. 115-182.

LIRA, Denise Batista de. Mulheres luso-pernambucanas no Brasil colônia: uma abordagem introdutória. *In: Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1., 2007, Recife. Anais eletrônicos...* Recife: UFRPE, 2007. Disponível em: <<http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/2/Denise%20Batista%20de%20Lira.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2009.

MISKOLCI, Richard; CARVALHO, Sheila Abadia. A 'tal' e a 'qual': representações racializadas da mulher na literatura brasileira. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. Anais eletrônicos...* Florianópolis, UESC, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/>>. Acesso em: 01 abril 2009.

PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. *Travessias, Revista de Ciências sociais e humanas em língua portuguesa*, Lisboa, n. 4/5, p. 79-97, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebeias na sociedade colonial*. Liboa: Estampa, 2002.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57-72, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. cap. 4, p. 115-140.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. cap. 6, p. 189-222.

